

A PATRIA

Orgão dos interesses da colonia brasileira no Rio da Prata

Administração: Calle 25 de Maio 471, esq. de Ciudadela

Montevideo -- Sabbado 26 de Junho de 1886

Diario da manhã-Anno VIII - Num. 2002

A PATRIA
é publicação diária e da manhã. — Sahe pela
typographia do seu nome

Tem collaboradores e numerosos
correspondentes na campanha e Ex-
terior

DIRECTOR: PASSIO A. FARIÑA

CONDICÕES

Assignatura mensal nesta cidade . . . \$ 1.20

PARA FORA

Semestre . . . \$ 8.00

Anno . . . \$ 15.00

Numero do dia . . . 0.10

atrasado . . . 0.20

ASSIGNATURA PARA O BRASIL

Semestre (moeda papel réis) . . . 198000

Anno . . . 360000

PAGAMENTO ADIANTADO

NOTAS

As assignaturas devem sempre concluir no fim
de Março, Junho, Setembro ou Dezembro, po-
tendo começar em qualquer dia.

A correspondência deve ser integralmente sel-
ada, sem que não seja retirado o correio.

Não se devolvem originaes, ainda que não se-
jam publicados.

AGENTES

NA

Campanha e Exterior

LOCALIDADES

NOME DOS AGENTES

Alegrete . . . Freitas Valle & Jacques.

Araçatuba . . . Antonio Macdonia.

Aracaju . . . Francisco Formoso.

Araxá . . . Ismael Velasquez.

Artigas . . . Martinez & Marin.

Avellaneda . . . Zefirino Menezes.

Bahia . . . José B. Romero.

Batavia . . . Antonio Molinari.

Belo Horizonte . . . Manoel Ign. Machado.

Bombinhas . . . Manuel Ventura.

Bonito . . . Aniceto Carreras.

Buenos Aires . . . João Jorge da Silva.

Caacupé . . . José Zavalza & Comp.

Campanha . . . Selestinio Arceval.

Campanha . . . Segundo Sopena.

Campanha . . . José Maria Prado Pe-

reira.

Campanha . . . José Menino (casa de

quarentão Grande).

Cachibem . . . Pinós & Ca.

Cachibem . . . José de Mello.

Cachibem . . . João Jacintho Osorio.

Cachibem . . . Luiz Mayer.

Cachibem . . . José F. Varela & C.

Cachibem . . . Codorniz Junior & Fe-

reira.

Cachibem . . . Marcinio, Leitão & C.

Cachibem . . . Juan Guello.

Cachibem . . . Dr. Silva Gama. — Lar-

go de S. Sebastião da

Pedreira n. 51.

Cachibem . . . Silveira da Costa Pe-

reira.

Cachibem . . . M. Montano Junior.

Cachibem . . . José dos Santos Pereira.

Cachibem . . . David C. de Barros.

Cachibem . . . P. Joly & J. Martin.

Cachibem . . . Paulbourg Poissonne-

re.

Cachibem . . . Alfredo Bayos.

Cachibem . . . Mariano Comas.

Cachibem . . . Bilkas & Salom.

Cachibem . . . Bilkas & Salom.

Cachibem . . . Laurindo J. da Silva.

Cachibem . . . Emilio de Barros, rua

1. de Março n. 95

Cachibem . . . Ramão E. Silveira.

Cachibem . . . Manoel Silva.

Cachibem . . . Guimarães & Etel-

verry.

Cachibem . . . Antonio Maximo.

Cachibem . . . José da Silva Marques.

Cachibem . . . Jeronimo E. dos Santos.

Cachibem . . . Leonardo J. P. Cracol.

Cachibem . . . Pedro Amonte.

Cachibem . . . Magalhães & Gonçalves.

Cachibem . . . Imel J. Vargas Gilca.

Cachibem . . . Simão Soares.

Cachibem . . . S. Fructuoso.

Cachibem . . . Tapado (Salto).

Cachibem . . . Manoel Alcala.

Cachibem . . . Eufemio Buenafama.

Cachibem . . . João Lima.

Cachibem . . . Massaro & Casio.

Cachibem . . . Paulino & Freitas.

Cachibem . . . Carlos Broggio.

Cachibem . . . Vichadero (D. Itirica).

A PATRIA

MONTVIDEIO 26 DE JUNHO DE 1886

Carta politica

Rio de Janeiro, Junho 17 de 1886.

Sr. Director da Patria.

Na sessão de 14 nada de importante
houve na Camara. No senado, n'esse
mesmo dia, depois de ter orado o Sr.
Ignacio Martins, o Sr. Presidente do
Conselho pediu a palavra e declarou que
o Sr. Junqueira, por motivos meramente
particulares, havia solicitado a sua
demissão do cargo de ministro da guer-
ra, e que tinha sido substituido n'esta
pasta pelo Sr. Alfredo Chaves, que era
da pasta da marinha, tendo sido nomea-
do para esta o deputado pelo Pará, Sr.
Mae Dowell, e declarou que a politica
do actual ministerio, com a modificação
por que acabou de passar, continúa a
ser a mesma, não tendo havido motivo
para alteração.

O Sr. Franco da Sá, não concordando
com as razões apresentadas pelo Sr.
presidente do conselho, que em nada
justificou a modificação ministerial, dis-
se que outras foram as causas, e que
eram bastante conhecidas, sendo a prin-
cipal a molestia grave do Sr. ministro
da guerra, a qual o impossibilitava de
ocupar aquelle cargo.

Mostrando que a emenda sahiu erra-
da, entendo que o Sr. ministro do Impe-
rio é que devia ser transferido para a
pasta da marinha, e não o Sr. Alfredo
Chaves para a da guerra, e que o Sr.
Mae-Dowell devia ir para o do Imperio,
onde podia fazer uma boa administração
clerical, em vista das suas conhecidas
idéas religiosas.

Esperando que o Sr. ministro da guer-
ra não continue, como fez na marinha,
a administrar politicamente, pedo ao no-
vo ministro que não siga os exemplos do
seu antecessor.

No correr do seu discurso, o orador
disse que, da deputação do Pará, quem
estava talhado para uma das pastas mi-
nistariaes, era o Sr. Cantão.

O Sr. presidente do conselho, respon-
dendo a este discurso, pediu ao Sr.
Franco da Sá que não acreditasse nos
boatos dos jornaes politicos, no *Diário*
hoje, nos *Tempos* do dia, porque os mi-
nistros só devem responder pelo que sa-
zi do parlamento.

Depois de algumas pilherias e phrases
humorísticas, de que o Sr. presidente
do conselho é prodigo, mesmo tratando-
se de cousas serias, terminou tranqui-
lizando a opposição a respeito do mini-
sterio, que o que tem de novo, é um con-
servador de mais.

Entrou depois em discussão a propos-
ta fixando as forças de mar, 2.º discus-
são, pois já tinha sido encerrada a 1.ª
ha dias, como lhe participei.

O Sr. presidente do conselho mos-
trando a necessidade que o governo tem
d'esta proposta, visto estar no fim do
exercício, pediu para que a discussão
ficasse terminada; e, se não fosse pos-
sivel ao senado deliberar sem a presen-
ça do ministro, pediria o adiamento da
discussão, e o Sr. Silveira Martins que
desistisse da palavra, para votar-se.

Desistindo da palavra o Sr. Silveira
Martins, foi a proposta approvada, e dis-
pensado o interstício para a 3.ª discus-
são, a requisição do Sr. Correia.

Na sessão de 15 na Camara votou-se
o projecto sobre fixação de forças na-
viaes e a p.º, continuou a discussão do
orçamento do ministerio do Imperio.

Fallou o Sr. barão da Mamoré, respon-
dendo aos deputados da opposição.

Agradou o que disse S. Ex., quanto
aos projectos de saneamento da capi-
tal.

Quando a instrução publica, é para
notar que S. Ex., como todos os mi-
nistros de todos os partidos, se preocupa
exclusivamente da instrução superior.

Da instrução primaria e do ensino pro-
fissional, ninguém diz uma palavra. To-
do o empunho está em fabricar bacha-
reiros; porque, afinal, é d'essa classe que
hão de sair os politicos e os ministros,
entidades indispensaveis ao regimen que
felicitamos nos rege.

Depois, o Sr. Candido de Oliveira, em
um longo discurso, faz ver que os con-
servadores têm um systema na opposi-
ção, e outro no governo.

E' assim, que na opposição apresen-
taram reduções, qua agora desprezam.

Ora, isto não é serio; e tanto não é,
que o Sr. Andrada Figueira, da cadeira
da presidencia, declarou que estava
prompto a votar com a opposição, se ella
apresentasse reduções.

Esta declaração do presidente da ca-
mara tem uma alta significação. Ella
quer dizer que, se o Sr. Andrada Fi-
gueira não estivesse impedido no seu
posto de presidente, estaria em opposi-
ção á politica financeira do governo.

N'esse mesmo dia, a sessão do sena-
do esteve interessantissima. Depois de apro-
vado um requerimento do Sr. Visconde
da Paranaguá, sobre assumptos do Pia-
ty, continuou a discussão de um re-
querimento que tinha apresentado o Sr.
Meira sobre negocios da provincia da
Parahyba, orou o Sr. Diogo Velho, que
defendeu a autoridade do presidente d'a-
quella provincia, e mostrou que hoje
aquella provincia, com a administração
conservadora, navega em mares de pros-
peridade e tem coragem para dar o van-
dor, se for preciso, o que nunca lhe
aconteceu, quando era governada pelos
amigos do autor do requerimento.

O Sr. Meira, sustentando quanto ha-
via dito em discursos anteriores, reitro-
vou ao Sr. ministro da justiça o pedido
de informações.

O Sr. presidente do conselho, não
concordando com o systema seguido
no parlamento, de quando se pedem
informações sobre alguns factos, dal-os
por provados e fazerem-se violentas ac-
cusações ás autoridades, pediu ao Sr.
Meira que reformasse o seu requeri-
mento, no qual attendido.

Na 2.ª parte da ordem do dia, entrou
em discussão a lei prorogando o exer-
cício para os quatro mezes do exerci-
cio financeiro de 1886-1887, com as-
sistencia do Sr. ministro da fazenda.

O Sr. Alfonso Celso, rompendo o do-
bado, fez um discurso digno de nota, so-
bre questões financeiras.

Tratando das ultimas operações finan-
ceiras do Sr. conselhoheirio Bellisario;
o empréstimo em Londres, de seis mil-
hoes de libras esterlinas; o interno de
50 mil contos; e a conversão das apóli-
cas ao juro de 5 %; applaudiu estes ac-
tos, lastimando que o empréstimo exte-
rio não fosse tentado primeiro no paiz,
visto como grande parte d'aquella di-
videnda não chega a entrar no thesouro.

Alongando-se em considerações finan-
ceiras, deseja saber como fará o Sr. mi-
nistro da fazenda a conversão do papel
moeda, a amortização das dividas, fluc-
tuante e fundada, e o desapparecimento
do deficit, equilibrando o orçamento; o
pergunta se vão se crear novos impos-
tos, augmentar os direitos de importa-
ção, ou diminuir a despesa publica.

Applaudindo o empréstimo interno,
que foi feito ao par, lembra que o Sr.
ministro não conseguirá nunca equili-
brar a receita com a despesa, e que os
calculos feitos por S. Ex., quanto ás
diferenças do cambio e decrescimento
do deficit, estão errados; e ao passo que
S. Ex. trabalha para diminuir o deficit,
o Sr. presidente do conselho quer re-
formar a esquadra, e o Sr. ministro do Im-
perio quer cem mil contos para attender
às necessidades sanitarias do Imperio.

Terminou defendendo as administra-
ções liberais, dizendo que as idéas hoje
realizadas pelo Sr. ministro da fazenda
foram tentadas pelo orador, que não as
levou a effecto por ter deixado o gover-
no, em vista de questões politicas.

A 16 na Camara nada ocorreu de
importancia. No senado tratando-se do
orçamento do ministerio do Imperio,
orou o Sr. Mattoso da Camara, relator
da commissão, que justificou emendas
reduzindo a dotação de varias verbas.

Por ultimo fallou o Sr. Mascarenhas,
quando pouco tempo de que dispoz fez,
a analysa do regulamento sanitario, no-
tando-lhe algumas lacunas.

A projecto do engenheiro Remy, o
Sr. ministro do Imperio disse, no seu
ultimo discurso, que o encarregado dos
estudos das obras do saneamento da ca-
pital, para aquelle engenheiro não estur

na ociosidade, visto que o governo tem
com ella um contrato.

O senado começou no mesmo dia pelo
sortido da commissão que tem de lavar
a sanção imperial as propostas fixan-
do as forças de mar e terra para o exer-
cicio financeiro de 1886-1887.

Continuou depois a 3.ª discussão do
projecto da commissão mixta, alterando
as disposições da lei de 9 de Janeiro, na
parte relativa á eleição dos voreadores o
juizes da paz.

O Sr. Alfonso Celso, respondendo ao
Sr. presidente do conselho, mostrou a
necessidade da reforma das nossas mu-
nicipalidades e do alargamento do voto
nosendo a theoria estabelecida de que
a iniciativa em materia de reformas deve
partir da camara dos deputados.

Ainda uma vez, tratando do direito do
voto aos estrangeiros, disse que das
idéas do Sr. presidente concluiu que S.
Ex. nada queria que se fizesse no in-
tuito de dar ás municipalidades a auto-
nomia e independencia que lhe têm sido
tiradas pelo governo central, que até
transformou a da corte em sessão do
ministerio do Imperio.

Respondendo-lhe, o Sr. presidente do
conselho mostrou mais uma vez que o
governo não deseja reformas na consti-
tuição municipal, e pelas idéas exte-
rnadas, S. Ex. não quer o alargamento do
voto.

Nada de mais importante.

Me appressado do fechar esta e man-
dal-a ao correio, porque a mala do «El-
bo» fecha-se ás 3 da tarde e receio que
não chegue a tempo.

Adens. Seu amigo e constante leitor da
sua folha.

O Correspondente.

ECHOS DO BRASIL

Senado

DISCURSOS DOS SRS. MEIRA DE VASCONCELOS E
BARÃO DE COLEGIOPE, SOBRE ASSUMPTOS DA PASTA
DA MARINHA.

Sessão de 5 de Junho de 1886

O Sr. Meira de Vasconcellos tratando
dos negocios da pasta da marinha, não
pôde deixar de referir-se á demissão ul-
timamente dada ao Sr. ajudante general
da armada, o Sr. almirante Elisario
Barbosa, motivada pela nomeação de um
offical para a escola pratica de artilha-
ria, criação do orador, quando mini-
stro.

Entende que o Sr. ministro deve dar
uma explicação satisfactoria sobre este
seu acto, porque o almirante pediu uma
licença e viu-se obrigado a exonerar-se.

Quanto aos exercicios da esquadra do
evoluções, pensa que elles devem ser
feitos constantemente.

Entende tambem, que os officiaes ge-
neraes da armada devem continuar na
effectividade do serviço.

Não se devem desprezar os serviços
dos officiaes da ordem do Sr. barão de
Jaguary, Elisario Barbosa e outros,
tão distintos como elles.

Passando a tratar das reformas que o
Sr. ministro pretende fazer na sua re-
forma, acha que S. Ex. pelo que dis-
se, não está disposto a fazer a reforma
da secretaria e da justiça naval, que já
está caduca e parece mais uma inquisi-
ção do que outra cousa.

Reconhecendo-se a necessidade da re-
formar-se o corpo de saúde da armada,
acha que outras repartições se reclamam,
como a da instrução publica, etc.

Estas reformas, prometidas pelo Sr.
ministro do Imperio, e que ainda não
apreeceram, são de urgente necessi-
dade.

A instituição municipal vive debaixo
da pressão mais violenta, e precisa do
relevar a sua autonomia.

Tratando das forças de mar, nota que
o quadro não está completo: ao bata-
lhão naval faltam 181 praças; ao corpo
das imperias marinheiras 176, e as com-
panhias de aprendizes 493.

Não acha razão na classificação feita
das companhias pelas provincias, nem
nos vencimentos que percebem os offi-
ciaes que d'ellas se encarregam, porque
estas deviam perceber os honorarios se-
gundo as provas que apresentassem com

o preparo dos marinheiros para o ser-
viço naval.

Lembra ao Sr. ministro, que na sua
secretaria estão os papéis relativos ao
collegio naval, e deseja saber o que ha
feito relativamente a esta repartição.

Relativamente ao pharol que se tem de
collocar na ilha da Graça, ou na Ponta
do João Dias, pede informações ao Sr.
ministro, bem como a respeito da inten-
dencia da marinha, sobre a qual faz di-
versas considerações, rematando o seu
discurso.

O Sr. barão de Colegiopé (presidente do
conselho), depois de pedir desculpa por
intrometer-se no debate, estando pre-
sente o Sr. ministro da marinha, diz que
vai discutir o assumpto, contrariando
alguns dos oradores que o precederam.

Viu que entra os que discutiram a
proposta do governo fixando as forças
de mar, fallou o Sr. Da Lameira, que é
almirante e entende da materia, e que se
occupou da nossa armada e da esquadra
de evoluções.

A esquadra de evoluções, diz o ora-
dor, não é uma instituição permanente
em nenhum paiz da Europa e menos no
nosso.

Em outros paizes, as esquadras orga-
nizadas para exercicios duram dois ou
tres mezes; e a Inglaterra tem, de verda-
de, esquadras no Canal e no Mediterr-
âneo, mas na qualidade das estações na-
vaeas, para garantir o seu poder.

Querer macaquear aquelle Estado é um
mal, e nós não estamos em condições,
nem temos necessidade, de manter um
pé de guerra uma esquadra com o fim
unico de elogiar certos e determinados
officiaes ou individuos, nomeados para
commissões especiaes.

Quanto aos navios que sahem para
evoluções, o orador declara que elles são
velhos, e, á excepção dos dois novos
encomendados e das torpedeiras, o resto
não presta, e não figura no meio dos na-
vios prestaveis um que já não prestava
em 1866, quando o orador foi ministro
da marinha.

Já uma vez, quando se annunciava a
entrada da esquadra de evoluções, es-
teve um dia inteiro, por que o orador
morra á beira-mar, do binoculo em pu-
nho, a ver entrarem os navios; ao en-
trar o primeiro. Esperou pelo segundo
tanto tempo leveu, que afinal, cansado,
retirou-se sem o ver entrar.

Os navios são uns de madeira e ou-
tros de ferro, todos desiguales em ma-
cheira, e, por consequente, não podem nu-
ca equilibrar forças, na batalha ou exer-
cicio, ou como lhe queiram chamar.

O progresso tem feito modificações na
arte naval; hoje os navios de madeira
não deitam no fundo os navios de ferro;
hoje os navios garantem a vida dos que
estão dentro d'elles combatendo; os na-
vios de madeira em exercicio não signifi-
cam cousa alguma, e nada aproveitam
os exercicios feitos por elles aos nossos
marinheiros.

O encomendado «Almirante Barroso»
não pôde figurar, nem pela marcha, que
é de 9 milhas, nem pela fortaleza; e en-
comendado «Guanabara», essa tem mais
vantagem sobre aquelle. O cruzador
«Primeiro de Março» é um calhambo
e para nada serve, e os outros na-
vios estão no mesmo estado.

O Sr. Avila — O nobre ministro da ma-
rinha tome nota.

O orador está dizendo a verdade, em-
bora o censuram.

O Sr. F. Octaviano — V. Ex. está res-
pondendo ao Sr. ministro da guerra, que
não quer que se discutam os negocios
technicos.

O orador entende que as esquadras de
evoluções devem saber para os exerci-
cios como se fazem para a guerra, e isto
não se faz; mas gasta-se dinheiro, e o
resultado é nullo.

O Sr. Da Lameira — Já foi um grande
serviço a criação e organização das es-
quadras de evoluções.

O Sr. Fernandes da Cunha — Para os
comandantes.

O orador já demonstrou que podemos
mesmo n'esse serviço ter cousa melhor,
e não acha motivo para censurar se o
governo, por não consentir que se tran-
sforme a instituição, o que é puro luxo.

O Sr. Da Lameira — Sim, não ter ou-

vido V. Ex. desde o começo, porque V.
Ex. já foi almirante.

O orador pergunta se se devam con-
servar as duas divisões?

O Sr. Da Lameira — Ambas prestam
serviços?

O orador — Sim senhor.

O Sr. Franco da Sá — Ainda será lu-
xo?

O orador diz que não é luxo, mas não
devo ser como se quer e o diz que devo
ser.

O Sr. Da Lameira — Já existiram duas
e mais divisões.

O orador diz que sem utilidade.

O Sr. Da Lameira — O melhor é sup-
rimir a marinha.

O orador não dirá isso, mas quer apen-
as que se façam as cousas em regra, e
não como se está fazendo.

Depois de outras considerações, tor-
mina o discurso fazendo sentir que fallou
para não se encerrar a discussão, que
ficou adiada pela hora.

O Sr. ministro da marinha retirou-se
com as mesmas formalidades com que
fôra recebido.

Camara dos Deputados

DISCURSO DA RESPOSTA Á FALHA DO THRONO

Sessão de 2 de Junho de 1886

O Sr. Affonso Celso Junior diz que a
discussão da falla do throno é natural-
mente um dos serviços que os panege-
ristas da actual situação hão de consa-
grar-lhe. Effectivamente, na situação
passada duas vezes fallou o throno, sem
que a camara lhe dísse resposta; mas o
fovo isto esse phenomeno como um in-
felicidade precursor da abolição da tantes
idéas ridiculas que caminham á par d'estas
instituições, que em 60 annos da ex-
periencia se têm dado em resultado a
corrupção e o desengano.

Esta pratica, com que agora se occu-

